

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Matheus Luis Pinheiro

**ANÁLISE REPRESENTATIVA A RESPEITO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA DE
1994 A 2014**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Rubem Barboza Filho

Juiz de Fora

2017

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, MATHEUS LUIS PINHEIRO, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201472144A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “ANÁLISE REPRESENTATIVA A RESPEITO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA DE 1994 A 2014” desenvolvido durante o período de 01/06/2017 a 05/07/2017 sob a orientação de Rubem Barboza Filho, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Matheus Luis Pinheiro

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

ANÁLISE REPRESENTATIVA A RESPEITO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA DE 1994 A 2014

Matheus Luis Pinheiro¹

RESUMO

O presente artigo tem como propósito, abordar a entrada e evolução do número de representantes assumidamente integrantes de igrejas evangélicas, na câmara federal, e sua participação política de 1994 à 2014. Para atender o objetivo proposto, iremos analisar cada legislação, e observar as mudanças ocorridas na Frente Parlamentar Evangélica, no que tange o número de deputados federais eleitos, e assumidamente integrantes de uma determinada instituição religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Bancada Evangélica. Frente Parlamentar Evangélica. Representação Evangélica.

1.INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar a crescente participação de deputados evangélicos, no âmbito da política nacional, desde 1994 até o ano de 2014. Ancorado na curva de crescimento de deputados federais, integrantes da frente parlamentar evangélica, pode se fazer um contra ponto, já que o Brasil tinha no catolicismo sua religião oficial, até a proclamação da república. E para compreender este crescimento evangélico, usaremos o método quantitativo e exploratório. Para atingir este objetivo, iremos analisar cada legislatura, observando, crescimento, pluralidade de instituições, partidos que mais abrigam tais candidatos e os estados que elegem mais candidatos.

Para melhor compreensão, da inserção da religião na política, temos que lembrar que, o debate sobre a laicidade do Estado é presente em praticamente todos os âmbitos de discussão em nossa sociedade e mesmo, nosso documento mais sagrado, a constituição Federal de 1988 declara oficialmente, o Brasil laico, nossa constituição, caracteriza o Estado brasileiro como, democrático, garantidor da igualdade e da liberdade, de seus cidadãos. E ainda se pode observar este ideal na determinação constitucional do art. 19, que prevê a não interferência e ou aliança entre estado e religião.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

O crescimento do fator religião na política remonta o ano de 1986, pois este foi o ano em que os evangélicos se firmaram no espaço político, e assim começaram a atuar de forma significativa. Sobre esse maior interesse evangélico de estar ligado a política, Campos (2006, p.102) escreve:

“Essa crescente visibilidade, porém, obedece a uma lógica resultante do pluralismo religioso, da concorrência e competitividade entre as teodicéias defendidas pelas instituições religiosas, da multiplicação dos espaços sociais ocupados pelas instituições religiosas na sociedade, assim como do aumento dos interesses

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: MATHEUSLUPINHEIRO@HOTMAIL.COM. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dr. Rubem Barboza Filho.

patrimoniais, financeiros, burocráticos e corporativos dessas mesmas Igrejas. Tais fatores levaram os pentecostais, tradicionalmente arredios à participação nas “coisas do mundo carnal”, a se tomarem mais visíveis na sociedade, primeiro na mídia, depois no campo da política. (CAMPOS, 2003:84).”

Com a representatividade evangélica em crescimento, de acordo com Suruagy (2011), em 18 de outubro de 2003, sob a idealização do deputado Adelor Vieira PMDB-SC, membro da Assembleia de Deus, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) ou bancada evangélica, que tinha como objetivo a união e organização de deputados, para que estes estejam uniformemente alinhados em algumas questões.

2. Bancada evangélica

Falando mais profundamente, sobre a bancada evangélica, ela se iniciou com o objetivo de, unir os parlamentares do congresso por meio de cultos semanais. Claro que através desta congregação poderia existir uma “mobilização estratégica”, a respeito das bandeiras da FPE, e também sobre a evangelização e conversão evangélica no congresso nacional.

Sobre suas bandeiras, a FPE ou Bancada Evangélica, sempre busca representar sua base os evangélicos, e por consequência seus ideais, e fazer frente contra projetos que vão contra a bíblia. Ou seja, em sua maioria são parlamentares muito tradicionais, e moralistas, defendendo seus atos como em respeito a defesa da família, e dos bons costumes. Atualmente a FPE é composta por 74 deputados, e seu presidente é o deputado Paulo Freire (PRSP).

Sobre seus integrantes, historicamente, a FPE é composta por homens liberais em sua maioria, e mulheres, na faixa acima dos 40 anos de idade, normalmente ligados a igrejas pentecostais e neopentecostais.

2.1 Estratégias e Ação

Como estratégia de ação, os parlamentares se inscrevem nas comissões mais importantes para a preservação dos valores cristãos, e da moralidade sexual, sendo estes: Comissão de Constituição e Justiça, Seguridade Social, Família e Direitos Humanos. Há, portanto, uma distribuição dos deputados pelas comissões mais relevantes, a fim de acompanhar o andamento das atividades e o encaminhamento dos projetos, sobretudo daqueles que contrariam os “preceitos bíblicos”. Nas ocasiões em que, esses projetos são votados, a secretaria executiva da frente, envia um e-mail para cada parlamentar e solicita sua presença na comissão. Inclusive, aqueles que não a integram são convidados a comparecer, para se manifestar e argumentar, com o propósito de convencer os presentes. Tanto esforço em reunir o maior número de parlamentares evangélicos, tem como objetivo pressionar seus pares, e criar um clima de vitória triunfal. Como a quantidade de deputados evangélicos não é expressiva utiliza-se a estratégia do barulho, para causar impacto e dar a impressão de volume. Procura-se intimidar o “adversário”, enchendo a sala de aliados, e se colocando de forma estridente. A frente também se preocupa com a escolha do relator, responsável pela elaboração de um parecer favorável ou contrário à propositura. Quando um projeto é encaminhado para determinada comissão, logo se prepara um requerimento reivindicando a relatoria.

Agora, vamos apontar como é feita a atuação da Frente, nas palavras de seus integrantes. O conteúdo abaixo foi retirado do trabalho de doutorado de Bruna Suruagy do Amaral Dantas (Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal, 2011 p. 183)

Existem deputados evangélicos que são mais distantes e não têm tanto envolvimento com a Frente Parlamentar Evangélica. Como a Frente atua ou trabalha com esses parlamentares?

Às vezes, eles participam pouco, mas quando se precisa e vai atrás, eles respondem bem. Eles quase não vão às reuniões, quase não vão aos cultos, mas eles são. Então, quando a gente necessita, a gente mapeia, localiza, chama e eles respondem a esse chamativo. Na hora da votação, eles

comparecem. Tranquilo, sem problema. (Deputado Zequinha Marinho(PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).

Nós sabemos que nenhum segmento 100% acompanham... Então, nós temos essa dificuldade também. Quando existe uma matéria muito polêmica, a gente tenta envolve-los. De que maneira? Indo ao gabinete, conversando... Os parlamentares sentam com os colegas parlamentares e procuram conscientizá-los. É claro que a gente respeita, a Frente é suprapartidária e Inter denominacional, nós temos deputados de todos os partidos, de todas as denominações. Então, realmente a gente tem essa dificuldade, mas na hora de votar fechado num projeto polêmico, a gente faz um trabalho mais intenso e tem um resultado mais eficiente. Nesse caso, sempre a gente tem uma resposta satisfatória, é notório, a sociedade tem visto e acompanhado o impedimento de grandes projetos, são impedidos aqui exatamente porque existe a Frente Cristã no Congresso Nacional. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).

Nas comissões, como é que a Frente Trabalha e articula os deputados presentes?

Por exemplo, nós procuramos aquelas comissões que são mais relevantes para a sociedade, Constituição e justiça, Seguridade Social e Família, Direitos Humanos. Ai, nós somos alguns titulares e alguns suplentes. Se a votação é muito séria, a gente faz tudo para os suplentes assinarem cedinho, para adquirirem voto no lugar do titular, o primeiro que faltar, para que a gente multiplique os votos da gente. Então, na comissão a gente procura... Agora mesmo, na Seguridade Social e Família, nós estamos numa reunião muito importante, não fomos à sessão- os poucos que somos da comissão- e passou uma modificação da lei Maria da Penha, que prevê que os namorados que batem nas namoradas- hoje são muitos casais formados de namorados- também sofram a penalidade prevista pela lei Maria da Penha. Além disso, incluíram nessa visão os casais gays como namorados efetivos. Se estivéssemos lá, não teríamos certamente deixado passar ou lutado muito para não passar. O que acontece? Perdemos... O projeto veio para a Constituição e justiça. Eu já entrei com um requerimento, antes do projeto chegar lá, pedindo a relatoria. Então, eu estando com a relatoria e mobilizando os companheiros da comissão e até os que são... Porque você sabe que o deputado que não é da comissão não pode votar, mas pode falar, se manifestar. Às vezes, uma palavra levanta a consciência dos demais. Então, a gente procura- como eu disse, já que somos poucos- tocar a trombeta e reunir o máximo ali perto naquele momento pra gente ganhar. Você vê o caso aí... Graças a Deus, hoje o movimento GLBT já reconhece que nós atrapalhamos eles aqui. Eles dizem que não podem andar com muita celeridade, porque nós estamos no encalço. É como o aborto, é como esses demais... (DEPUTADO PEDRO RIBEIRO(PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).

Como a Frente Parlamentar Evangélica atua para impedir a aprovação dos projetos contra os quais os senhores se colocam?

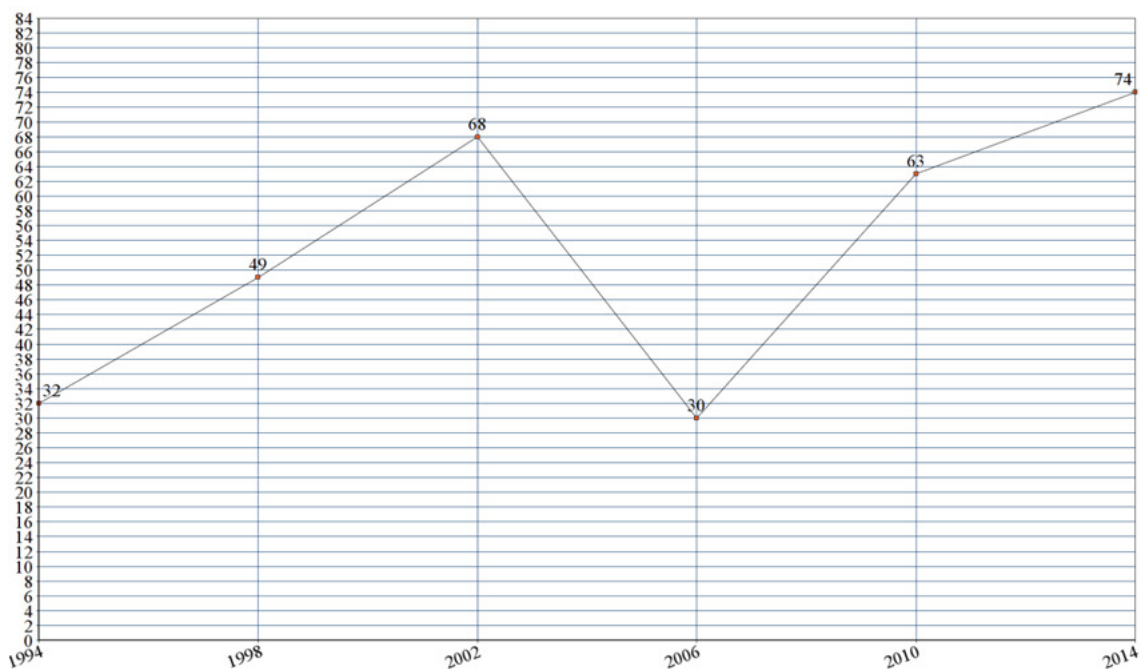
Por exemplo, atua no curso da tramitação. Eles chegam e vão para uma comissão. Naquela comissão tem um relator e aquilo é votado. O que você faz quando você...? E não é só isso. Qualquer Frente Parlamentar aqui dentro atua dessa maneira: vai pra comissão, tenta convencer os pares, um relator bom, um camarada com uma argumentação boa que defende o seu ponto de vista. Você tenha articular para que ele seja o relator. Está me entendendo? Usa a articulação interna. A gente já tinha feito lobby e todo pessoal que nós mobilizamos, membro da comissão, foi lá pra dentro discutir o projeto. Eles pisaram um pouco na bola, nós botamos 33 e eles botaram oito ou nove, um negócio assim. Foi uma porrada! (...) É esse o joo político daqui de dentro. Você defende isso na tribuna, etc., etc... É o jogo daqui. (Deputado zequinha Marinho(PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).

Já observado o funcionamento da FPE, vamos a sua análise.

2.2 Evolução do número de cadeiras.

Após a eleição de 1986, onde foram eleitos 33 candidatos apoiados por igrejas, e deste momento em diante, evangélicos foram cada vez mais vistos se relacionando com a política no Brasil, o que acabou por causar uma pequena baixa de candidatos eleitos, mas que foi retomada em 95.

Gráfico 1. Evolução da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional- 1994- 2014



Nessa análise, partimos de 1994, onde temos 32 deputados eleitos, número é devido a alguns fatores. O primeiro deles é, o crescimento do interesse de igrejas, em ter um representante das mesmas no congresso nacional. E com este objetivo traçado, fez uso de uma estratégia que se iniciou na Igreja Universal, que por meio de suas candidaturas oficiais, elegeu seu primeiro representante em 1986. As eleições de 1994 ainda contaram com, o início do crescimento da população evangélica, que no ano de 1991 eram 9% da população brasileira.

A curva de crescimento continuou, e em 1998 foram eleitos 49 deputados federais, este ano o salto de candidatos eleitos só não foi maior, pois alguns parlamentares de 94 não foram reeleitos. Na 52ª legislatura, seguiu-se a tendência, e nos vimos diante de um salto ainda maior, do número de religiosos que compõem a bancada evangélica. Cabe salientar que, foi a partir deste ponto que a Frente Parlamentar Evangélica, foi realmente criada e é a partir daqui que nossos dados terão maior riqueza de detalhes. Esta legislatura em especial é para muitos um salto não só em questão de números, mas também em posição, já que essa presença religiosa se fez forte até mesmo no âmbito do legislativo federal, nos anos seguintes pode se notar um aumento do número de candidatos lançados, e o número de eleitos também. Colocar seus representantes no congresso nacional, se tornou um objetivo a ser alcançado, o que acarretou o começo de uma pluralidade de instituições, presentes na bancada evangélica, vale lembrar que um crescimento da população autodenominada evangélica também é um ator político aqui, segundo dados do IBGE no ano de 2000, 15,4% dos brasileiros diziam evangélicos.

Diante desta tendência, o ano de 2006, veio como uma bomba, pois aqui temos uma queda expressiva do número de cadeiras, apenas 30 deputados fazendo parte da FPE. O que no início parecia, mais uma legislatura com a bancada evangélica ainda maior, se tornou um pesadelo para tal. E este pesadelo se iniciou no ano de 2005, quando explode em todo o país o esquema chamado “mensalão”, realizado durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tinha o objetivo de favorecer os projetos do governo. Esse escândalo que teve grande repercussão na mídia, atingiu a bancada, pois, entre os envolvidos estavam, grandes nomes da FPE, como os deputados Bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ) e Wanderval Santos (PL-SP), o primeiro renunciou o mandato, o segundo conseguiu ser absolvido. Ambos pertenciam a Igreja Universal. Como se o mensalão já não fosse suficiente, para manchar a imagem dos deputados evangélicos na câmara. Em 4 de maio de 2006, a polícia federal deflagrou a Operação Sanguessuga, operação esta, que tinha como objetivo desarticular o esquema de fraudes em licitações na área da saúde. Com o andar das investigações, o relatório final da CPI revelou o

envolvimento de 72 deputados federais, e segundo o Corregedor Geral da Câmara, destes 72 cassados, 28 eram evangélicos. Um número impressionante foi em relação a IURD, uma das maiores igrejas do Brasil e conseqüentemente, uma das que detinha mais representantes na câmara federal, dos 16 deputados ligados a ela, 14 estavam sendo investigados. O escândalo atingiu até mesmo o senado, pois Magno Malta (PL-RJ), Senador e membro da Igreja Batista também estava sendo investigado. Sobre esse escândalo, Bruno (2011, p. 18) escreve em seu artigo:

O que levou este envolvimento em grande escala por parte dos evangélicos nestes escândalos de corrupção é tema para um infindável número de pesquisas. No entanto, neste caso a corrupção parece ser fruto de um conjunto de incentivos institucionais que gera espaços para comportamentos oportunistas das pessoas (RENNÓ & SOARES, 2006). Pensando apenas nos seus interesses ou de suas corporações, estes parlamentares parecem não temer as conseqüências que ocasionam estes envolvimento, demonstrando, assim, que a corrupção é praticamente generalizada nestas circunstâncias. (RAFAEL BRUNO GONÇALVES p.18)

Com tantos escândalos envolvendo parlamentares evangélicos, às portas de uma nova eleição, o número de candidatos que formam a FPE diminuiu consideravelmente. Com isso, a crescente representativa, que vinha cada vez mais impressionante, foi freada e na legislação seguinte, se observou a queda mais significativa da Frente Evangélica dos últimos 20 anos. Em 2006 apenas 30 deputados federais formavam a bancada, e os principais motivos para tal queda foram, os envolvimento destes com tais escândalos de corrupção. Os líderes religiosos que tanto trabalharam para eleger estes representantes, se mostraram surpresos, e o desastroso resultado das eleições abalou a confiança dos mesmos. Confiança essa que esperava chegar ao patamar de 100 deputados ligados a alguma igreja. Número impressionante e significativo, já que o Brasil conta em números gerais com 500 deputados federais. Mas tal fracasso não impediu o trabalho de retomada da força evangélica na câmara, para as eleições seguintes.

Chegando no ano de 2010, nos vemos em meio a uma legislatura de fundamental importância para os evangélicos, já que estes deveriam retomar seu poder representativo dentro da câmara federal, perdida em 2006. Em 2010, afim de comunicar-se com sua base, a bancada baseou sua plataforma política na luta contra medidas, no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançado pelo governo Lula em 21 dezembro de 2009, que em suas principais reformas previa, a descriminalização do aborto, e a união civil de pessoas do mesmo sexo. Projetos como a homo afetividade, a defesa de que era dever do Estado disponibilizar, meios para indivíduos resgatarem a sua condição original de gênero, e combate a projetos que tornariam crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, entre outros temas como o aborto, mais uma vez se tornaram cargo chefe para angariar votos. Tal atitude política se mostrou eficaz, já que esta postura conservadora fez com que a FPE crescesse cerca de 50% se comparada a 2007. Ainda sobre as vitórias de 2010, a FPE conseguiu eleger o deputado federal e pastor da Assembleia, Marco Feliciano (PSC-SP), que viria a ser presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara, cargo que exerceu em 2013, e que gerou controvérsias, pelas ações e declarações polêmicas, principalmente a tratar de temas ligados a homossexualidade e ao aborto.

Outro aspecto que vale ser lembrado nesta legislatura é que, segundo dados do IBGE, 22,20 % dos brasileiros se diziam evangélicos no ano de 2010.

Na última e mais recente legislatura em 2014, a FPE é composta por 74 parlamentares, e é o maior número de candidatos ligados a igrejas nos últimos 20 anos. Esta tendência de crescimento, é devido a projeção nacional que recebeu a FPE na legislatura passada, causada em boa medida devido à atuação de parlamentares tais como Marco Feliciano, e sua atividade, enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), da Câmara dos Deputados do Brasil. A confirmação de constante crescimento, a respeito de parlamentares evangélicos, pode ser percebida no gráfico 1. Em 2014 esse crescimento foi mais uma vez fortalecido por discursos conservadores, e tipicamente cristãos, enraizados na nação. Nos últimos anos, após a inserção de setores evangélicos na política, o ethos cristão conservador mostrou estar espalhado por nossas estruturas mentais, e no nosso

poder institucionalizado. Esta exposição do conservadorismo, não pode ser creditada somente a ascensão de certos grupos sociais, pois o Brasil não tem se tornado conservador com isso, a verdade é que provavelmente nunca deixamos de ser. A presença e a força evangélica apenas dá o aval para essa face de nossa nação.

2.3 Desconcentração e Evolução das Principais Denominações Religiosas

Como dito acima, temos dados mais completos a partir de 2002, pois foi quando a FPE foi criada. Para melhor entendimento vamos observar agora, qual a estratégia das duas igrejas com maior quantidade de representantes, a (IURD) e a Assembleia de Deus, após essa contextualização, olharemos como foram às mudanças de dentro da FPE de 2002 a 2014.

A Igreja Universal do Reino de Deus, foi a pioneira em se interessar pela esfera política no Brasil, e apesar de não ser a maior igreja em números de representantes atualmente, é responsável indireta pelo crescimento de sua maior rival no planalto, a Assembleia de Deus. Primeiro vamos conhecer qual é o proceder da Universal para se manter forte no campo político.

A Universal começa a engendrar sua façanha em 1997, pois foi neste ano em que ela espalhou por todo país o modelo corporativo da “candidatura oficial”, modelo este que levava em consideração, o capital eleitoral de que a igreja dispunha. Para isso, antes das eleições era realizado uma série de campanhas, para primeiro, fazer com que os jovens de 16 anos obtenham seu título eleitoral, em seguida fazer um censo para saber quantos membros votantes têm a disposição, e seus dados eleitorais. Esses dados são apresentados aos bispos regionais, que passam as informações ao bispo Rodrigues. No fim, Rodrigues e seus bispos regionais decidem quantos candidatos serão lançados em cada município ou Estado, de acordo com o tipo de eleição, tudo minuciosamente calculado, de acordo com os dados de quociente eleitoral dos partidos, e do número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. Depois de lançados parte se para a segunda parte, que consiste na utilização das congregações para disseminar a imagem do candidato, utilizando até mesmo seu espaço em televisão, rádio e jornal, tudo de acordo com a justiça eleitoral. Ainda sobre sua estratégia, em 2002, a IURD trouxe novidades indo além da menção do nome e número, mas também trazendo o candidato aos cultos mais concorridos, normalmente os de domingo, e quando isso não era possível, traziam banners para o altar. Além dessas etapas, a IURD também evocava passagens da bíblia, como a de Provérbios 29:2: “Quando se multiplicam os justos o povo se alegra; quando porém domina o perverso o povo geme” e palavras como “catedral da fé” e “vamos orar pelos nossos representantes” eram comuns em suas igrejas. Toda essa dedicação mostra como a Universal é diferente das outras igrejas, no que se refere a conscientização e ao direcionamento de votos em seus membros. Suas estratégias não terminam aí, de acordo com a eleição a IURD distribui seus candidatos segundo os bairros, as cidades e regiões, para serem apoiados separadamente pelas diferentes igrejas locais.

Mas para contar com o apoio e conseqüentemente todo este planejamento, o candidato deve ter o aval dos dirigentes da igreja, segundo seus cálculos e interesses, e mesmo que os escolhidos não sejam conhecidos pelo público, isso não é impe cílio, pois graças a este sistema, estes candidatos são eleitos. Muitas vezes para a surpresa da imprensa especializada.

E como ter a simpatia dos líderes da IURD e ter chances de ser escolhido? Para ser um “ungido por Deus”, o candidato deve ter o chamado “germe do habitus”, que em linhas gerais são “pessoas despojadas de interesses pessoais”, “ter o desejo exclusivo de glorificar o bom nome do Nosso Senhor Jesus Cristo”, possuir “caráter” e “compromisso com o povo de Deus”, preocupar-se com os “desamparados, pobres e necessitados”, “sem vaidades interiores, sem egoísmos”.

Outro ponto importante neste contexto é, sobre como essa ligação é mantida após a vitória do candidato apoiado, segundo o próprio bispo Rodrigues “Nossa força é que temos uma hierarquia, há uma hierarquia que é seguida à risca [...]” (RODRIGUES, Jornal do Brasil, 29/10/2001), ou seja, a instituição tem mais poder que o indivíduo, sejam eles fiéis ou pastores, esse poder é tão presente que segundo Conrado em seu artigo (Cidadãos do Reino de Deus: um estudo da Folha Universal nas eleições de 1998), o pastor eleito pela IURD não é dono do próprio mandato, “o político eleito pela IURD tem o seu mandato nas mãos dela, seguindo sua orientação nas questões de interesse da igreja. A legitimidade da sua representação deriva de um ‘ato de instituição’ que a organização faculta” (CONRADO, 2000, pp. 54-55). Todo o poder da IURD está nas mãos de poucos, e estes escolhem representantes, e os filia em partidos de acordo com seus interesses.

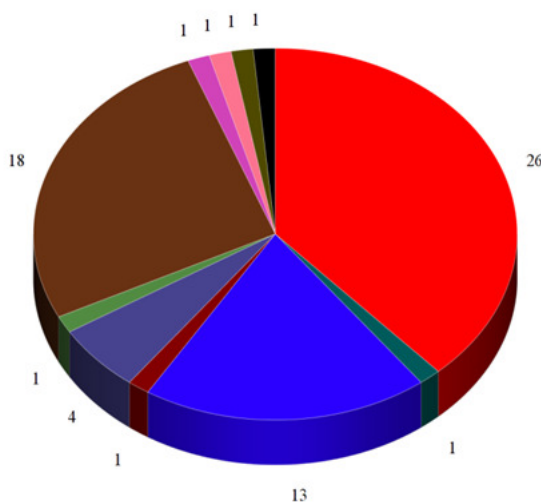
O sucesso político da IURD, e o interesse crescente das instituições religiosas por política, provocaram um efeito mimético no campo religioso. A Assembleia de Deus é um bom exemplo deste processo, pois vê a IURD como uma igreja que precisa ser imitada. Nas palavras do pastor da Assembleia de Deus, Silas Malafaia: “Queremos exaltar o bonito exemplo da Igreja Universal, que define muito bem seus representantes no legislativo. As outras denominações deveriam imitá-la [...]” (MALAFAIA, apud Machado, 2001, p. 7).

Este desejo da Assembleia de Deus de seguir a IURD vai até certo ponto, pois, em 2002, a orientação da Convenção Geral das Assembleias de Deus foi a favor de, não exercer nenhuma pressão ou orientação aos fiéis. Mas até mesmo os líderes da Assembleia reconhecem que neste contexto a pluralidade de candidatos, torna mais dificultoso vos eleger, porque existe uma divisão de votos nas igrejas, e como a política da igreja não é tão rígida, pois só indica certos candidatos da preferência dos dirigentes locais, existe mais liberdade para os fiéis votarem no candidato de sua preferência, sem uma interferência forte organizadora.

Agora vamos à análise dos Gráficos.

Gráfico 2. Número de Representantes Ligados a Instituições Religiosas na FPE em 2002

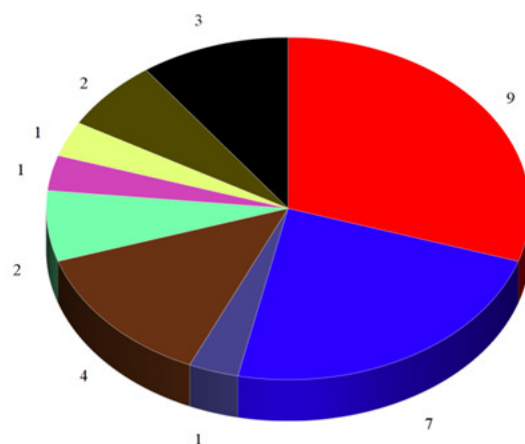
■ Assembleia de Deus
 ■ Associação Educativa Evangélica
 ■ Batista
 ■ Igreja Cristo Verdade que Liberta
 ■ Evangelho Quadrangular
■ Igreja Internacional da Graça de Deus
■ IURD
■ Maranata
■ Metodista
■ Sara Nossa Terra
■ Sem Identificação



Ao observarmos este primeiro gráfico, podemos notar 11 igrejas com representantes na FPE, e destas 11, duas igrejas dominantes, a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), com a Batista também forte, mas ainda mediana perto das duas principais, se percebe que aqui apenas a IURD e a Assembleia tinham poder significativo dentro da Bancada.

Gráfico 3. Número de Representantes Ligados a Instituições Religiosas na FPE em 2006

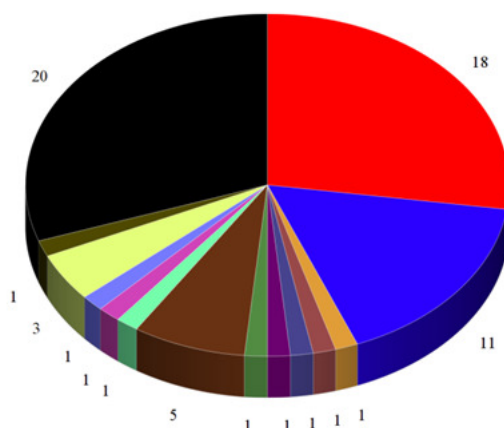
■ Assembleia de Deus ■ Batista ■ Evangelho Quadrangular ■ IURD 3 ■ Luterano ■ Maranata ■ Presbiteriano
■ Sara Nossa Terra ■ Sem Identificação



Neste ano, podemos perceber uma queda significativa do número de candidatos, lembrando que em 2006 foi o pior ano para os evangélicos no congresso desde 1994. Mesmo com essa queda impressionante, a IURD e a Assembleia de Deus permanecem como as líderes, com maior número de candidatos ligados a elas, porém a IURD conseguiu eleger menos da metade dos candidatos de sua rival.

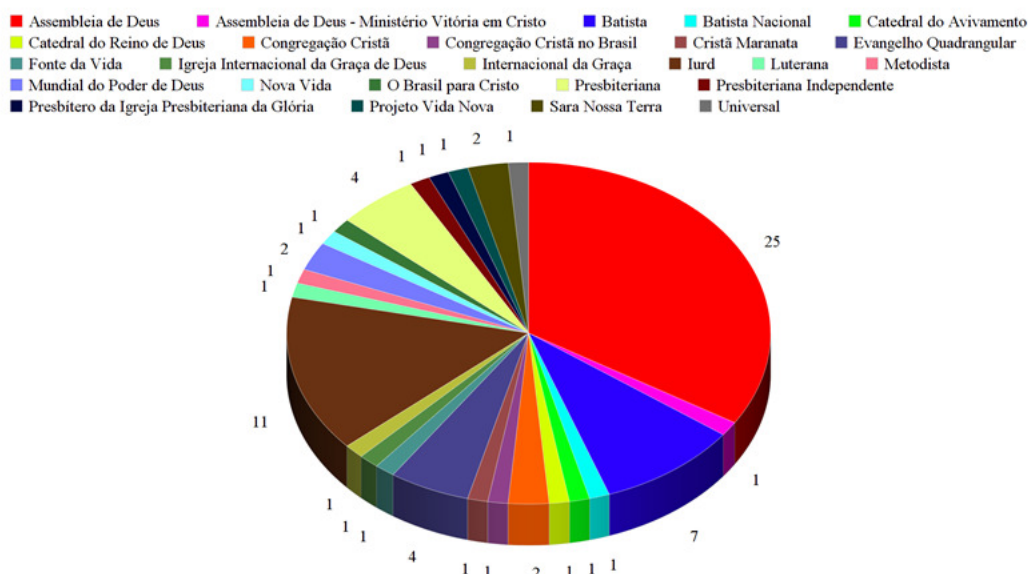
Gráfico 4. Número de Representantes Ligados a Instituições Religiosas na FPE em 2010

■ Assembleia de Deus ■ Batista ■ Cristã Evangélica ■ Cristã Maranata ■ Evangelho Quadrangular ■ Igreja Renascer
■ Internacional da Graça de Deus ■ IURD 3 ■ Luterano ■ Maranata ■ Mundial do Poder de Deus ■ Presbiteriano
■ Sara Nossa Terra ■ Sem Identificação



No ano de 2010, podemos observar os efeitos da legislação passada, pois pode se notar uma divisão entre os maiores grupos, os que não se declararam ligados a nenhuma instituição, e a Assembleia de Deus. Também vemos que a IURD não recuperou totalmente sua influência e credibilidade com o povo, sendo ultrapassada até mesmo pela igreja Batista, outro ponto importante é que o aumento do número de parlamentares, não representou um aumento das 2 grandes igrejas dentro da bancada, mesmo que a Assembleia tenha retomado crescimento, o principal fator que é perceptível é a pluralidade de instituições religiosas e um receio por parte de muitos em declarar ligação a uma determinada igreja.

Gráfico 5. Número de Representantes Ligados a Instituições Religiosas na FPE em 2014



Em 2014, os efeitos de 2006 se tornam ainda mais visíveis, apesar de não termos nenhum parlamentar sem se identificar, foi aberto um leque enorme de instituições religiosas presentes dentro da bancada, ao total temos 25 igrejas, sendo mais da metade delas com 1 a 2 representantes. Vale ressaltar que a Assembleia continua na liderança, com mais candidatos, e a IURD que mesmo tímida conseguiu retomar seu posto de segundo maior bloco dentro da FPE.

Agora vamos uma análise sobre a filiação de deputados em determinados partidos a partir de 2006.

Quadro 1. Número de representantes por partido em 2006

Partido	Número de Candidatos Filiados
PFL	3
PL	2
PMDB	7
PP	3
PRB	1
PSB	1
PSC	4
PSDB	2
PT	3
PTB	2
PTC	1
PV	1

Em 2006, os partidos com mais filiados na bancada são PMDB(7), PSC(4) e PFL(3). O que se nota, mesmo em meio a tantos escândalos é que os valores cristãos ainda são o que conta quando falamos da relação entre igreja- partido.

Quadro 2. Número de representantes por partido em 2010

Partido	Número de Candidatos Filiados
DEM	3
PDT	4
PMDB	7
PMN	1
PP	2
PR	9
PRB	7
PSB	2
PSC	11
PSDB	7
PT	2
PTB	3
PTC	1
PV	3

Em 2010, PSC(11),PR(9), PSDB(7) e PRB(7) foram os principais partidos da FPE, além do PMDB que se manteve com os mesmos representantes, quanto ao PSC, temos um crescimento de mais de 50%, PR apesar de não ter feito parte da bancada na legislação anterior, esta voltou com 9 parlamentares sendo o segundo principal grupo, e por fim o PSDB e PRB que mais que dobraram sua representação.

Quadro 3. Número de representantes por partido em 2014

Partidos	Número de Candidatos Filiados
DEM	2
PDT	2
PHS	1
PMDB	5
PMN	1
PP	2
PPS	1
PR	7
PRB	15
PROS	1
PSB	3
PSC	9
PSD	5
PSDB	5
PSOL	1
PT	3
PTB	3
PTN	1
PV	1
SD	6

Em 2014 temos o PRB(15),PSC(9) e PR(7), vemos o PRB crescendo enormemente, o PSC e o PR diminuindo o número de parlamentares.

Podemos perceber depois de analisar os dados, é que existe uma força maior de filiação em partidos de centro – direita, e apesar de sua força atual, ainda não foi criada um partido exclusivamente evangélico. No entanto, existem 6 partidos com a palavra “cristão” e ou que contam com o cristianismo como ideologia, são eles: Partido Social Cristão (PSC); Partido Republicano Brasileiro (PRB); Partido

Social Democrata Cristão (PSDC); Partido Humanista da Solidariedade (PHS); Partido Ecológico Nacional (PEN) e, Partido Trabalhista Cristão (PTC), partidos estes, criados em sua maioria na década de 90.

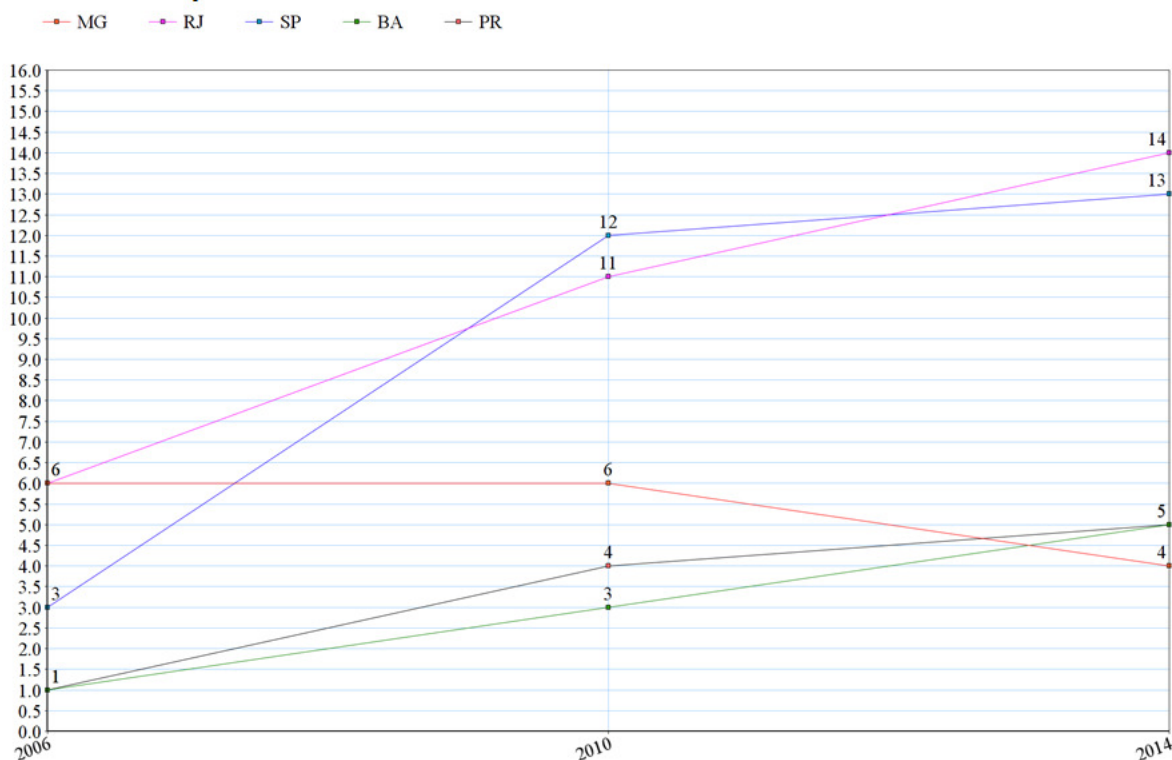
Obviamente, nem todos os parlamentares que fazem parte destes partidos são cristãos, mas de acordo com o cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB) João Paulo (2003, p. 61), "todos os partidos têm buscado, de uma maneira geral, ter evangélicos nos seus quadros, porque é um segmento substantivo do eleitorado brasileiro. Estas religiões estão crescendo, e é claro que há interesse como massa eleitoral".

Quadro 4. Representantes por estado de 2006 a 2014

Estado	2006	2010	2014
Acre (AC)	1	2	1
Alagoas(AL)			1
Amapá(AP)		1	1
Amazonas(AM)	1	2	1
Bahia(BA)	1	3	5
Ceará(CE)	1		1
Distrito Federal(DF)	1	1	1
Espírito Santo(ES)	2	3	3
Goiás(GO)	2	2	2
Maranhão(MA)		3	2
Mato Grosso(MT)	1		2
Mato Grosso do Sul(MS)			
Minas Gerais(MG)	6	6	4
Pará(PA)	1	2	2
Paraíba(PB)		3	1
Paraná(PR)	1	4	5
Pernambuco(PE)		1	2
Piauí(PI)			1
Rio de Janeiro(RJ)	6	11	14
Rio Grande do Norte(RN)			1
Rio Grande do Sul(RS)	2	1	3
Rondônia(RO)	1	3	3
Roraima(RR)		1	2
Santa Catarina(SC)			1
São Paulo(SP)	3	12	13
Sergipe(SE)		2	2
Tocantins(TO)			

Para melhorar o entendimento, vamos a um gráfico para entender o crescimento de cada estado na FPE.

Gráfico 7. Presença dos cinco principais estados dentro da FPE de 2006 a 2010



No gráfico, podemos perceber os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo com o maior número de parlamentares em 2006, porém na última legislação Minas, que não teve um crescimento tão grande quanto seus vizinhos, perdeu o terceiro lugar de representação para os estados da Bahia e do Paraná. Já no Rio de Janeiro e São Paulo este crescimento se deve a uma tendência nacional em que os evangélicos estão avançando sobre o campo dos católicos.

Por fim vamos a um gráfico a respeito do número de religiosos no Brasil, segundo dados do IBGE

Tabela 5. Porcentagem de Religiosos no Brasil de 1991 a 2010.

Religiosidade	1991	2000	2010
Católica Apostólica Romana	83%	73,6%	64,60%
Evangélica	9%	15,40	22,20%
Espíritas	1,10%	1,30%	2%
Umbanda e Candomblé	0,40%	0,30%	0,30%
Outras Religiosidades	1,40%	1,80%	2,70%
Sem Religião	4,70%	7,40%	8%

Sobre esta tabela, pode se notar um crescimento evangélico claro, em detrimento da igreja católica. E isso é claro desde 1940, quando o censo brasileiro apontou uma queda de 99,7% para 95% na participação católica no Brasil, este declínio ficou mais em evidência nos últimos censos nacionais. A partir da década de 1990, a participação católica chegou a retrair cerca de 1 ponto percentual por ano, reduzindo de 83% em 1991 para, 73,6% em 2000. Pesquisas do IBGE e de outros institutos, realizadas ao longo da década passada, mostraram que, este processo de declínio ainda é tendência no Brasil, e em contra partida, o número de evangélicos vem crescendo de ano a ano. Um bom exemplo é o Rio de Janeiro que sendo um estado urbanizado, envelhecido, com menor taxa de fecundidade é historicamente um estado que deve ser levado em consideração quando se fala em mudanças sócio demográficas, já aponta essa mudança de um Brasil católico para um Brasil evangélico. Segundo dados do último censo no estado, existe um empate entre católicos e evangélicos, com um perfil evangélico composto de

crianças, jovens e mulheres no período reprodutivo no CRMJRJ, no ano de 2010. Neste ritmo não seria impensável imaginar que, em algumas décadas existirá ao menos um empate, entre católicos e evangélicos.

Apesar de essa estimativa estar sujeita a variáveis, um ponto importante para essa projeção é o fato das pessoas que se declaram pretas e pardas, que é o grupo populacional que mais cresce no país, estarem mais ligados a instituições evangélicas. O crescimento da miscigenação, com maiores níveis educacionais, e rendimentos mais altos são pontos importantes que ressaltam o provável crescimento, pois, estes estão alinhados em maior número com igrejas evangélicas.

Este crescimento em números populacionais dos evangélicos, acaba por confirmar o grande crescimento da Frente Parlamentar Evangélica, e também justificar a projeção de 100 deputados da FPE que acabou não acontecendo, pela grande derrota em 2006 por conta dos escândalos de corrupção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do trabalho, podemos concluir que a crescente representação evangélica, não se deu ao acaso, muito pelo contrário. Ela se baseia em um interesse crescente de se posicionar politicamente, aliado a uma organização, que se iniciou com a Igreja Universal do Reino de Deus, e se propagou por outras instituições, que mesmo com pequenas mudanças no modelo iurdiano, conseguiram bons resultados nas urnas.

Esses dois movimentos que foram complementares, tiveram a seu favor o crescimento da população evangélica. E com isso podemos afirmar que, o movimento crescente da FPE não foi circunstancial ou casual, mais sim um acontecimento que vêm demonstrando seus sinais desde 1986, e tende a ser ainda mais presente no Brasil atual.

REFERENCIAS

LOPES. Eduardo. Os evangélicos e a política. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 91-112. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13538/12403>>

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>>

PRISCO. Luiz. Os Evangélicos na Câmara dos Deputados: um olhar sobre os projetos de Lei da bancada evangélica da 53ª legislatura. **SciencesPo Rennes**. Disponível em: < https://iepweb.sciencespo-rennes.fr/bibli_doc/download/80/>

TADVALD. Marcelo. A Reinvenção do Conservadorismo: Os Evangélicos e as Eleições Federais de 2014. Janeiro- fevereiro/2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewFile/56482/34082>>

SURUAGY. Bruna. Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP**. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16946/1/Bruna%20Suruagy%20do%20Amaral%20Dantas.pdf>>

BRUNO. Rafael. Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira. Janeiro/2011. **Revista Espaço Acadêmico- Nº 116**. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10891/6468>>

ARAUJO. Noemi. A frente Parlamentar Evangélica e sua Atuação na Câmara dos Deputados. Dezembro/2013. **Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política**.